



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0005334-39.2018.8.26.0566 - 2018/001328**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 115/2018 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**  
 Réu: **LUIS BENEDITO MENOCELLI JUNIOR**  
 Data da Audiência: **09/10/2018**

Réu Preso  
 Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **LUIS BENEDITO MENOCELLI JUNIOR**, realizada no dia 09 de outubro de 2018, sob a presidência do **DR. EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**. DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas GILBERTO ADANS DE OLIVEIRA e FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA NETO. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. LUIS BENEDITO MENOCELLI JUNIOR**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06, porque, segundo a denúncia, no dia 27 de maio de 2018, por volta das 20h15min, na Avenida João Dagnone, em via pública nas proximidades do nº 218, bairro São Carlos I, nesta cidade e comarca, trazia consigo, para consumo de terceiros, no bolso de sua bermuda, em uma embalagem plástica de cor preta, 24 porções de cocaína em pó, acondicionadas em *eppendorf's* de cor azul e 04 porções individuais de Cannabis Sativa L, popularmente conhecida como maconha, acondicionadas em embalagens plásticas do tipo "ziplock", e, guardava, no chão em local próximo ao seu pé,



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

outras 24 porções de cocaína em pó, acondicionadas de modo idêntico àquelas encontradas em sua bermuda, em *ependorf's* de cor azul e 06 porções de *Cannabis Sativa* L, popularmente conhecida como maconha, também acondicionadas em embalagens plásticas do tipo “ziplock”, porções essas que, somadas àquelas encontradas em suas vestes, pesavam ao todo 7,3g (sete gramas e três decigramas) de cocaína e, 37,4g (trinta e sete gramas e quatro decigramas) de maconha, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Segundo apurado, devido à denúncia anônima apontando o local dos fatos como de alta incidência de tráfico de drogas, policiais militares em patrulhamento avistaram o denunciado agachado sob uma torre de energia elétrica, comportamento que motivou sua abordagem. Ao realizar revista pessoal os agentes públicos constataram que o denunciado trazia consigo, no bolso de sua bermuda, as porções de cocaína em pó e maconha, bem como R\$20,00 em dinheiro. No chão, junto ao pé do denunciado os policiais encontraram as demais porções de maconha e cocaína, embaladas de modo idêntico àquelas encontradas nas vestes de **LUIS**, sendo os *ependorf's* da mesma cor, assim como as embalagens das porções de maconha do tipo “ziplock”. A quantidade e a variedade das drogas (cocaína em pó e maconha), assim como a forma como estavam individualmente embaladas, tanto aquelas em poder do denunciado quanto as que ele guardava no chão nas proximidades, juntamente com o dinheiro apreendido (R\$20,00), demonstram que os entorpecentes se destinavam à entrega para consumo de terceiros. O denunciado foi preso em flagrante delito, sendo a prisão convertida em preventiva (fls. 101/102). Notificado, o réu apresentou defesa prévia às fls. 136/137. A denúncia foi recebida em 26 de julho de 2018 (fls.143/144). Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação da pena acima de mínimo legal em razão de seus antecedentes. A defesa requereu o decreto absolutório. Subsidiariamente a fixação da pena mínima, aplicação de regime inicial aberto com substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. **É o relatório. DECIDO.** A ação penal é procedente. A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 09 e pelos laudos de exame químico-toxicológicos de fls. 45/54. A autoria também é certa, conquanto não admitida pelo denunciado. Interrogado nesta audiência, o réu negou a prática da infração penal que lhe é atribuída. Disse que, na verdade, dirigiu-se até o local para adquirir “crack”, eis que dependente químico, negando que as porções de cocaína e maconha – entorpecentes de que não faz uso – fossem de sua propriedade. Sua versão, contudo, foi desautorizada pelos elementos amealhados em contraditório. Ouvidos em juízo, os policiais militares Gilberto Adan de Oliveira e Francisco Pereira de Souza Neto prestaram declarações uniformes sobre o fato. Relataram que receberam a informação de que receberam a informação de que pessoa com as mesmas características físicas do réu, praticava o comércio clandestino no local apontado na denúncia, conhecido ponto de venda de drogas desta cidade. Dirigiram-se até lá, onde surpreenderam o réu portando, no bolso de sua bermuda, 24 porções de cocaína acondicionadas em pinos azuis, 4 porções de maconha e R\$20,00 em dinheiro. Sobre o solo, no lugar em que estava o denunciado, estavam posicionadas outras 24 porções de maconha em embalagens idênticas, bem assim outras 6 porções de maconha. As circunstâncias da abordagem, a quantidade e variedade de drogas, a apreensão de numerário e o local do fato, notório ponto de comercialização de entorpecentes, indicam que na



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

oportunidade o denunciado promovia o comércio clandestino. Anote-se que não há motivo para levantar suspeição sobre as palavras dos policiais militares, mencionando-se, por oportuno, que o denunciado asseverou nesta solenidade que não faz uso das drogas apreendidas em seu poder, a demonstrar a destinação comercial dos tóxicos. De rigor, em consequência, o acolhimento da pretensão condenatória expressa na denúncia. **Passo a dosar a pena.** Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal em cinco (5) anos de reclusão e no pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Reconheço em desfavor do acusado a agravante da reincidência, haja vista as condenações transitadas em julgado e certificadas a fls. 120/121. Em decorrência, elevo a pena em 1/6 (um sexto), perfazendo-se o total de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, no valor mínimo. Torno definitiva a pena imposta por não haver outras circunstâncias que autorizem a exasperação ou o abrandamento. Tratando-se de delito assemelhado aos hediondos praticado por réu reincidente, estabeleço o regime fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, inviabilizando-se a substituição. Posto isso, JULGO PROCEDENTE a ação penal e condeno o réu **LUIS BENEDITO MENOCELLI JÚNIOR** à pena de **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, no mínimo legal**, por ter transgredido o artigo 33, “caput”, da Lei 11.343/06. O réu não poderá recorrer em liberdade, porque se aqaguardou preso o julgamento, com maior razão deve permanecer agora que está condenado, devendo ser recomendado na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser o réu beneficiário da Justiça Gratuita. Declaro a perda do dinheiro apreendido devendo ser recolhido à União. Oficie-se para a inutilização da droga, caso esta providência ainda não tenha sido tomada. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de recorrer da presente decisão. O MM Juiz recebeu o recurso, abrindo-se vista à Defesa para apresentação das razões recursais.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: